



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23 de fevereiro de 2010

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Bom dia a todos. Declaro aberta a reunião da 1ª audiência pública douda Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo neste ano, para cumprir o disposto no art. 9º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual determina que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro, o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Está presente o Sr. Mauro Ricardo Machado da Costa, Secretário Municipal de Finanças, a quem dou as boas-vindas. O Sr. Secretário está retornado pela primeira vez à Câmara Municipal de São Paulo depois de assumir a Secretaria de Finanças, na época do então Prefeito José Serra, e ter contribuído muito com a cidade de São Paulo na reforma tributária, como nunca feito antes nesta cidade. O Sr. Mauro esteve na Secretária de Estado da Fazenda e retornou agora à Secretaria Municipal de Finanças.

Comparece a este evento o Sr. Mauro Massahiro Chosa, representante do Tribunal de Contas do Município e o Sr. José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Estão presentes vários assessores do Sr. Secretário e a sociedade civil organizada, Voto Consciente.

Estamos conversando com a Sônia, representante do Voto Consciente, e disse da nossa tristeza em relação a uma lei tão importante ser pouco discutida nas audiências públicas porque a população não tem participado. Fizemos algumas intervenções junto aos meios de comunicação e percebemos que não é só a publicidade que incentivará a população participar deste momento.

Neste sentido, a Comissão de Finanças e o Voto Consciente estão querendo participar com as universidades para que incentivem os alunos a participar das audiências públicas. Até que hoje há vários assessores, mas a última também a população não esteve presente, não foi questionado.

É uma lei muito importante para São Paulo, para o Brasil e a população não tem participado. Vamos tentar incentivar mais para que o jovem universitário participe mais deste

momento.

Tem a palavra o Sr. Secretário Mauro Ricardo Machado da Costa.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO DA COSTA – Saúdo o Sr. José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Vereador Roberto Tripoli, Presidente da Comissão de Finanças; e a todos os presentes.

É uma alegria e satisfação retornar à Prefeitura de São Paulo e, em especial, à Câmara Municipal. Assumimos a Prefeitura em 2005 numa situação muito difícil e com a ajuda dos Vereadores pudemos melhorar significativamente as condições fiscais da Prefeitura de São Paulo de forma que pudéssemos alavancar investimentos extremamente importantes que beneficiaram a população do Município.

Lembro-me que o orçamento de 2004, antes de assumirmos a Prefeitura, era algo em torno de 13 bilhões de reais e o orçamento aprovado por esta Casa, no ano passado, foi de 35 bilhões de reais. Isso só foi possível por conta de um esforço muito grande feito na Prefeitura com um apoio da Câmara Municipal na aprovação de inúmeros projetos, no aperfeiçoamento de projetos que foram apreciados nesta Casa e que puderam elevar significativamente a disponibilidade de recursos para investimentos, por isso que me sinto bem em retornar ao Município de São Paulo e a esta Casa de tal forma que possamos apresentar, hoje, os resultados do terceiro quadrimestre do ano passado que engloba no acumulado todo o exercício de 2010.

Houve um esforço muito grande da Administração que me antecedeu. O Sr. Walter Aloísio e a sua equipe, muitos estão presentes, são os responsáveis pelo esforço do que vou hoje apresentar. Quero parabenizar a todos pelos resultados alcançados e agradeço novamente a todos os Vereadores pelo apoio no aperfeiçoamento dos inúmeros projetos apresentados a esta Casa, seja por iniciativa dos Vereadores ou do Poder Executivo Municipal que contribuíram significativamente para os resultados que aqui serão apresentados.

Na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador José Police

Neto, quero agradecer profundamente o apoio da Casa na pessoa dos Vereadores que nos ajudaram a levarmos a Prefeitura de São Paulo a outro patamar de investimento e de melhoria da qualidade de vida das pessoas que aqui residem.

Se o nosso Presidente permitir, farei a minha apresentação de pé para melhor apresentação dos slides.

O objetivo desta apresentação é demonstrar a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2010. Esta apresentação, logicamente, está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos então o demonstrativo em relação às receitas em 2010 que alcançaram 28,1 bilhões de reais, valor muito significativo. Como falei anteriormente, em 2004, o Orçamento total era 13 bilhões de reais; em 2007 19 bilhões; e em 2010 a 28 bilhões. E o Orçamento deste exercício alcança a cifra de 35 bilhões de reais. As receitas cresceram em relação a 2009, um crescimento nominal de 21,7% e um crescimento real de quase 16%. Então, houve de fato um crescimento significativo das receitas que possibilitaram a alavancagem de investimentos importantes no Município de São Paulo.

Com relação às receitas, a abertura dos 25 bilhões de reais, a receita tributária em 2010 alcançou a cifra de 13 bilhões de reais e podem então observar crescimento realmente significativo da ordem de 15%. As receitas de contribuição tiveram um crescimento real de 9,2%. Na receita patrimonial houve um pequeno decréscimo. Na receita de serviços houve crescimento significativo de 96,5%, também nas receitas de transferências e nas receitas correntes do Estado crescem em termos reais 9,2%.

Aqui nós temos a composição da receita corrente. Observem que mais de 50% dela corresponde a receita tributária oriunda dos tributos municipais. E as receitas de transferência representam 39% do bolo das receitas correntes e assim por diante.

Com relação às principais receitas correntes aqui listadas – IPTU, ISS, ITBI – quer dizer, a receita corrente mais significativa hoje no Estado de São Paulo é oriundo do ISS, que alcançou em 2010 a cifra de 7 bilhões de reais, ou seja, crescimento de 13% real em relação

ao exercício de 2009. A segunda maior receita é o ICMS, a cota-parte do ICMS é estadual, o Município de São Paulo recebe algo em torno de 6% do total de ICMS transferido para os municípios, representando crescimento em torno de 11% em relação a 2009. A terceira maior receita é oriunda do IPTU. As principais receitas correspondem então a 87% da receita corrente ou quase 70% da receita total do Município.

As receitas de impostos vocês podem observar como cresce a arrecadação do ISS, do IPTU, do ITBI. Esses são os gráficos que demonstram o crescimento da receita, e o outro corresponde a variação percentual em relação ao ano anterior. Observem que o ITBI é o que tem maior crescimento em relação ao ano anterior, 31,5%, também porque teve a base deprimida, em 2009, por conta da crise financeira internacional que levou a uma menor comercialização de imóveis no Estado de São Paulo.

Nas receitas de transferência podem observar que o ICMS cresce de forma significativa, o IPVA se mantém estável mesmo porque o valor dos carros novos está caindo ao longo dos anos. Este ano, em média, em 2011, o valor dos carros usados caíram em torno de 7%. Teve carro que chegou a cair o valor em 20% relativamente ao ano anterior. Isso é relativo aos carros usados, e como é a base de cálculo para a cobrança do IPVA, logicamente há decréscimo em relação ao valor do IPVA, porém, como há aumento da comercialização de carros novos, uma coisa compensa a outra, mantendo-se praticamente estável a arrecadação.

Aqui nós dividimos a arrecadação com o Estado, 50% dos automóveis licenciados no Estado de São Paulo, 50% vem como arrecadação para o Município de São Paulo.

E há também o Fundo de Participação, que é muito pequeno. O Município de São Paulo recebe apenas 131 milhões de reais de transferências desse fundo, que é formado por parte da arrecadação do imposto de renda e do IPI federal.

Temos agora a expansão real da arrecadação. Vocês podem observar que o Município de São Paulo se destaca em relação ao Estado e à União. O crescimento dos principais tributos arrecadados pelo Município de São Paulo cresce 16,3%; o Estado cresce

11,11% - ICMS, IPVA e ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Morte e Doação. E a União em relação ao imposto de renda, ao Cofins cresce apenas 8,5%. São crescimentos reais. Então, o Município de São Paulo se destaca em relação ao crescimento de receita se comparado com o Governo Estadual e o Federal.

Com relação à receita de capital, tivemos um crescimento expressivo de quase 176% real em relação ao exercício de 2009. Os destaques foram para as demais receitas de capital, às transferências com a alienação de bens. Esse resultado se deveu basicamente por conta da alienação da folha de pagamento da Prefeitura para o Banco do Brasil que gerou uma receita extremamente importante em relação à alienação de bens, resultando em torno de 700 milhões de reais.

Na próxima imagem, vemos a composição da receita de capital. Podem ser observadas nas demais receitas um crescimento significativo. Essas receitas são oriundas das Operações Urbanas da Faria Lima e de diversas outras, que geraram essas receitas importantes em 2010, e que serão aplicadas no decorrer do exercício de 2011/2012. O resultado está em torno de 1,2 bilhão de reais de receitas, as quais serão aplicadas ao longo dos próximos dois anos.

Aqui temos a composição das nossas despesas, que crescem na proporção de 10,3%. Podem observar que, em 2010, a Prefeitura teve um crescimento de receita superior ao crescimento da despesa. Enquanto a receita cresceu quase 16%, a despesa cresceu 10%. O que mostra uma preocupação muito grande da Administração com o ajuste das contas municipais.

Com relação às despesas correntes, houve um crescimento real de 7,8% e, na despesa de capital, um crescimento de 30,4%. Então, há receitas que ainda não foram aplicadas. Exatamente, as oriundas das Operações Urbanas, que, como já mencionei, serão aplicadas no exercício de 2011 e 2012.

No próximo quadro, com relação às despesas correntes, abrindo-as um pouco,

tivemos, em 2010, um crescimento real de quase 6% nas despesas com pessoal e encargos sociais. Trata-se de alguns reajustes salariais que foram concedidos aos servidores públicos municipais, ocasionando um crescimento nominal de 11% e real de quase 6%.

No tocante aos juros e encargos da dívida, também tivemos um crescimento quase 8%. Essa despesa é a que mais nos incomoda quando efetuamos o pagamento, porque são quase 2,7 bilhões de reais que dispendemos por ano, para o pagamento dessa dívida junto à União e a outros credores. Temos, também, outras despesas de pessoal com um crescimento de 9,1%.

Com relação à despesa de capital, os senhores podem observar que, em 2010, houve um crescimento significativo em investimentos próprios, diretos, da Prefeitura, de 14% real e quase 20% nominal. Há um grande crescimento de inversão financeira, que são as constituições de capital que são feitas nas empresas públicas municipais, ou seja, são transferências de recursos para SPObras, SPTur e outras empresas municipais, para que possam fazer investimentos ou mesmo constituir capital para o Metrô, a fim de que esse pudesse construir algumas linhas de interesse da Prefeitura. Também tivemos de desembolsar quase 500 milhões de reais para a amortização da dívida.

Na próxima imagem, podem observar os principais investimentos efetuados pela Prefeitura em 2010: um programa de mananciais de cerca de 416 milhões de reais; urbanização de favelas: 373 milhões de reais; aquisição de imóveis para desapropriações: 166 milhões de reais; equipamento e material permanente; recapeamento, etc. Aqui estão os principais investimentos diretos realizados pela Prefeitura no exercício de 2010.

Próxima imagem, por favor. Aqui são as principais inversões financeiras primárias, que é a construção e aumento de capital em empresas públicas para investimentos. Isto é a construção e o aumento de capital para pagamento de despesas correntes ou mesmo para dívida. É tudo para investimentos.

A Prefeitura de São Paulo transferiu ao Metrô 650 milhões de reais em 2010, à

Cohab 53 milhões de reais, tudo são transferências de recursos para investimentos na ordem de 755 milhões de reais, que somados aos 2,400 bilhões de reais, totalizam mais de 3,200 bilhões de reais, aproximadamente, de investimentos realizados no exercício de 2010.

O próximo, por favor.

Aqui estão os resultados fiscais alcançados no exercício de 2010. Podemos observar o crescimento da receita de 2005 até 2010, lembrando bem que em 2004 foram 13 bilhões de reais; depois passamos a 15, 17, 20, quer dizer, foi um crescimento significativo. A expectativa para este ano é que possamos cumprir o orçamento, arrecadando 35,6 bilhões de reais.

As despesas empenhadas ao longo desse período mostram uma responsabilidade grande da Prefeitura de São Paulo na gestão de seus recursos.

O próximo, por favor.

Este é o resultado orçamentário, que procura comparar a receita arrecadada com a despesa realizada no exercício. Podemos observar que foi arrecadado de receita corrente 27 bilhões de reais, de despesa 25 bilhões de reais e houve aqui um superávit corrente de dois bilhões de reais. No que se refere à capital, a receita foi de 2,7; a maior de 3,6 e essa diferença foi coberta com um superávit da receita corrente. Podemos observar que tivemos, em 2010, um superávit orçamentário de 1,224 bilhões de reais. Esse superávit aconteceu em decorrência dos recursos mencionados anteriormente das Operações Urbanas que serão gastas no exercício de 2011 e 2012.

O próximo, por favor.

Este é o resultado primário, que procura comparar as receitas não financeiras com as despesas não financeiras, de tal forma que se verifique qual a capacidade que a Prefeitura teve de honrar os seus compromissos financeiros. Podemos observar que tivemos um resultado primário muito bom, de quase três bilhões de reais perante uma meta prevista na LDO de 524 milhões de reais, ou seja, cumprimos com extrema folga as metas estabelecidas

na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O próximo, por favor.

Esta foi a meta e este, o resultado alcançado.

O próximo, por favor.

Podemos observar o resultado alcançado e as metas estabelecidas.

O próximo, por favor.

O resultado nominal procura medir se a dívida cresceu ou diminuiu. Se a dívida cresce, o resultado nominal é negativo. Se a dívida diminui, o resultado nominal é positivo. O que tivemos em 2010 foi um crescimento da nossa dívida, porque 90% dela são corrigidas pelo IGP-DI mais 9% de juros.

No ano passado o IGP-DI foi de 11,3% - a inflação foi em torno de 5%. Se somados aos juros de 9%, tivemos algo em torno de 21% de correção da dívida da Prefeitura com a União. Esse é um grande problema que temos. Estamos, hoje, em processo de negociação com o Ministério da Fazenda, tentando rever exatamente esses juros que tornam a dívida impagável. É impossível que a Prefeitura possa efetuar o pagamento dessa dívida ao longo do período pactuado de 30 anos, que se encerra em 2030, tendo esta dívida como indexador – o IGP-DI mais 9%. Então vocês podem observar que a dívida consolidada cresce de forma significativa: sai de 48 bilhões de reais para 55 bilhões de reais, o que representa um crescimento de quase 6,2 bilhões de reais, que é a dívida de 2009 para 2010. Apesar de nossas disponibilidades aumentarem de 2 para 4, foi impossível cumprir o que estava estabelecido como meta da LDO, que era uma dívida crescer 4,6; mas ela cresceu 6,1, porque houve um descontrole em relação ao comportamento desse indexador da dívida com a União.

Vocês podem observar como cresce a dívida líquida. A meta era a dívida de 49, e fechamos o ano com a dívida de 51,1 bilhões de reais. E cresce porque quando foi estabelecida a meta da LDO, trabalhou-se com a pesquisa Focus, do Banco Central, que previa um IGP-DI de 4,55. Isso lá em 2009, quando foram estabelecidas para 2010. Fizemos a

LDO para 2011, que poderia até, eventualmente, corrigir a meta para o exercício para 2010, e a previsão do Banco Central ainda estava em 6,56. E olha o que aconteceu: 11,31. Estivéssemos aqui, certamente alçaríamos a meta prevista na LDO. Mas você vê que de abril para dezembro, houve uma disparada significativa do IGP-DI, em que 60% de sua composição advém do IPA, que é o Índice de Preço ao Atacado, que está muito atrelado ao preço de *commodities*, desvinculadas ao dólar, como petróleo, aço, açúcar e diversos outros *commodities* que têm preços internacionais que se refletem aqui no Brasil também.

Temos aqui uma demonstração gráfica do resultado. Ficamos, infelizmente, em 6,1.

Essa é a demonstração de restos a pagar. No exercício de 2009, ficou para 2010, de restos a pagar, de 1.830. No ano passado foram pagos quase 1,5; cancelados 300; sobrou ainda para pagar 30 milhões de reais. No exercício de 2010, foram inscritos em restos a pagar quase 2 bilhões de reais – 1 bilhão, 917 milhões. Aqui estão os restos a pagar processados e que serão pagos ao longo do exercício de 2011. Nossa disponibilidade de caixa, isto é, o fechamento do ano, foi de 2 bilhões e 627 milhões, mais do que suficiente para cobrir aqueles 1 bilhão e 917 milhões de resta a pagar escritos no exercício de 2010.

Aqui é o cumprimento do limite estabelecido para endividamento pessoal, etc. Com despesa de pessoal o limite máximo é de 60%, e estamos em 34%, lembrando bem que esse limite não é meta, não é algo a ser perseguido, é o limite de despesa com pessoal.

Com relação à garantia de valores, temos um limite de 22% da receita corrente líquida, e estamos bem abaixo: 0,17%; operação de crédito é da mesma forma, o limite é 16% e estamos com 0,07% e, por antecipação de receita, também há o limite de 7% e estamos em 0%, ou seja, não fizemos qualquer operação de antecipação de receita.

Com relação à dívida consolidada líquida, conforme falei anteriormente, cresce de forma significativa em 2010, alcançando quase 52 bilhões de reais. A dívida consolidada numa trajetória de redução deveria estar em 38 bilhões de reais e se ela fosse, hoje, observar o limite

estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 1.2 vezes a receita corrente líquida, deveria estar em 30, e a dívida está em 51. Este ano deveria estar em 38 e, em 2016, deve ficar em 30 bilhões de reais.

Essa é a situação grave que temos hoje na Prefeitura. Se observarem os 51 menos... hoje a dívida deveria estar reduzida a algo em torno de 14 bilhões de reais e, se for comparado com a dívida em 2016, temos 21 bilhões de reais a pagar.

Seria impossível, hoje, a Prefeitura disponibilizar 14 bilhões de reais para colocar a dívida na trajetória, ou 21 bilhões de reais para colocar a dívida onde ela deve estar. Lembrando que esta dívida continua crescendo, com o indexador de IGPD, mais 9%, a tendência é aumentar. Fizemos um cálculo recentemente, na Prefeitura e, se a receita crescer em termos reais algo em torno de 1%, ao longo desses próximos 20 anos em média, ao final de 2030, teremos de comprometer do Orçamento da Prefeitura - para poder cumprir o que está estabelecido no contrato com o Tesouro - 50% da receita corrente líquida o que é impossível. Cinquenta por cento, mais 31% para a Educação; mais 20%, que hoje está se gastando em Saúde, é mais do que 100% da receita, portanto, é algo extremamente grave que precisa de fato ser resolvido pelo Governo Federal.

Grande parte dessa dívida é oriunda de emissão de títulos para pagamento de precatórios. Na realidade, não foram pagos os precatórios e a dívida sobrou para as administrações posteriores.

Inicialmente, estava em torno de 10 bilhões de reais; e hoje a dívida alcança, apenas com o Governo Federal, a cifra de 44 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Permita-me, Sr. Secretário. Há também aquela questão da época da Marta Suplicy, que não pagou. O salto que foi dado foi no momento em que não pagaram a dívida, então seria importante o senhor explicar.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO DA COSTA – A dívida foi pactuada em 2000. Naquele momento, a dívida estava em 10,5 bilhões de reais. Já pagamos até agora 13,6

e a dívida está em 44,1.

Qual a origem dessa dívida? É a emissão de títulos para pagamento de precatórios. Emitiam-se títulos no mercado, captou o recurso destinado ao pagamento de precatórios; não foram pagos os precatórios, e a dívida de precatórios está aí para efetuarmos o pagamento no valor de 10,5 bilhões de reais.

Esta dívida era originalmente com bancos, e o Tesouro Nacional renegociou, assumiu essa dívida com a Prefeitura, e esta passou a ser responsável pelo pagamento da dívida que, à época, era corrigida pelo IGP-DI, mais o juro de 6%, com o compromisso de que a Prefeitura, no trigésimo ano, quitasse 20% dessa dívida.

Se amortizasse 20% da dívida em 2002, ela se manteria com IGP-DI, mais 6%. E como a Administração não fez amortização dos 20%, a dívida passou a ser corrigida por IGP-DI mais 9%, retroagindo à data inicial do contrato. Portanto, desse saldo devedor de 44 bilhões de reais, 14 bilhões de reais são provenientes dessa decisão de não fazer a amortização de 20% dessa dívida.

Olha quanto isso custou à Prefeitura! E naquela época, havia necessidade de amortizar algo em torno de 2 bilhões de reais.

A SRA. SONIA BARBOZA – Sou do Movimento Voto Consciente. Não sou economista, mas quero saber se o gestor, no caso a Prefeitura, não paga um acordo que havia feito, isso não cai na lei de responsabilidade fiscal?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO DA COSTA – Nesse caso, não. Havia uma opção na lei de permanecer com 6% de juros, ou passar para 9%. Então, naquela época, logicamente a Administração deve ter tido motivos para não fazer a amortização de 20% da dívida, o que levou ao aumento dos juros de forma retroativa.

A SRA. SONIA BARBOZA – E, com isso, quem levou a pior foi a população, que não ficou sabendo. Então, de 6% passou para 9% os juros?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO DA COSTA – Sim. De 6%, passou para 9%,

retroagiu a 2000, e hoje isso representa algo em torno de 14 bilhões de reais desses 44 bilhões, provenientes dessa decisão. Qual foi o reflexo dessa decisão? Aumentar o saldo devedor da dívida, preços de dezembro de 2010, em 14 bilhões de reais, ela poderia, eventualmente se tivesse contida da correção de GPDI, e hoje ela estaria em 30 bilhões de reais.

A SRA. SONIA BARBOZA - E o senhor tem esperança que o Governo Federal vá aceitar uma sugestão para diminuir essa dívida?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Tenho, o que estamos propondo ao Governo Federal é uma reabertura desse prazo que estava limitado pela Legislação a 30 meses. Estamos propondo a reabertura desse prazo para que possamos agora fazer aquela mortização que não foi feita lá atrás. E a dívida desta forma seria recalculada com o GPDI mais seis. Isso daria um alívio significativo, essa dívida de 44 bilhões de reais, baixaria para 30 bilhões de reais, você amortizaria 20% dessa dívida, ou seja, pagaria seis bilhões de reais hoje, reduzindo essa dívida, junto ao Governo Federal para 24 bilhões. Ficaria com 24 bilhões para pagar ao governo federal e mais seis bilhões que você tomaria para efetuar o pagamento dessa mortização. A nossa intenção é que este seis bilhões sejam tomados junto ao Banco Mundial. Ontem inclusive tivemos uma discussão como Banco Mundial, e eles estão dispostos a fazer essa operação de crédito com a Prefeitura do Município de São Paulo com prazo de 30 anos, com juros mais adequados do que este que pagamos ao Governo Federal e ainda com prazo de carência de dois anos. Isso cria um espaço importante. Vamos reduzir o que pagamos hoje em termos de desembolso dessa dívida e abre se espaços importantes para novos investimentos e também para novas operações de créditos para que possamos investir mais aqui na cidade de São Paulo, depende hoje de uma decisão do Governo Federal em relação a esse ponto. O Sr Prefeito teve uma conversa com o Ministro Guido Mantega, e estamos aguardando sua posição para que possamos, a partir daí estruturar toda essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Secretário, permite um aparte, apenas para lembrar que a Nossa São Paulo, entidade, junto com a Comissão de Finanças pretende fazer este ano um grande debate a respeito da dívida federal. Nós não fizemos no fim do ano passado, já está confirmada a presença do ex-Secretário, que estava no seu lugar, naquele momento e com técnicos da área enfim. Pretendemos promover nesse semestre ainda um grande debate para colocar a população a par, que de vi o rosto das pessoas aqui que ficaram de boca aberta, porque esses 14 bilhões, é a metade do orçamento do Município e ninguém tinha conhecimento. Já foi acertado entre a comissão e o Governo, eu como membro da Comissão, líder do Governo, estou declarando aqui que vamos fazer um amplo debate para poder ter conhecimento onde vai parar isso.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – O que temos ainda resolvido, ano de 2010 tivemos um bom desempenho, e procuramos colocar, apesar desse bom desempenho quais são os desafios que temos ainda pela frente, avançamos muito em 2010, mas temos aí significativos desafios. O primeiro deles é exatamente aumentar a capacidade plena de investimentos de recursos da Prefeitura do Município de São Paulo, seja com recursos próprios ou de terceiros. Recursos dos Governos Federal e Estadual, recursos oriundos de PPP, oriundos de concessões, de operações de crédito, é importante que possamos recuperar a capacidade plena de investimentos da Prefeitura do Município de São Paulo que ainda é muito pequeno. Porque no orçamento que vocês viram de 26 bilhões de reais, um pouco mais de três bilhões que foram aplicados em investimentos.

A melhoria da qualidade do gasto, a renegociação da dívida junto ao Governo Federal, que é esse ponto sobre o qual acabamos de conversar, e também a questão do déficit do sistema previdenciário próprio. Isso nos leva, por ano, algo em torno de 1,2 bilhão de reais de cobertura do déficit do sistema de previdência própria dos servidores municipais, com tendência de crescimento ao longo dos próximos anos.

Esses são os desafios postos à nossa frente e estamos hoje muito concentrados

nessa questão da dívida junto ao Governo Federal, que possibilitará um crescimento significativo, uma alavancagem grande de recursos para investimentos.

São essas as minhas considerações, e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Alguém gostaria de fazer alguma pergunta ao Secretário em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal? (Pausa) Tem a palavra a Sra. Sônia Barbosa, do Movimento Voto Consciente.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Esse aumento, que houve, de arrecadação foi devido ao aumento de imposto ou por conta de mais pessoas que estão pagando?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – A Prefeitura tem procurado, ao longo desses anos, trabalhar fortemente na melhoria da eficiência da administração tributária, ou seja, sem aumentar alíquotas de tributos existentes ou mesmo criando novos tributos. Muito pelo contrário: fez até a eliminação de alguns tributos que existiam no passado, como a Taxa de Lixo, que foi extinta em 2006, e a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, a Cosip, para aqueles moradores que residem em locais onde não há iluminação pública, pois se não há iluminação pública, não há por que a Prefeitura cobrar a taxa desses cidadãos.

O crescimento da receita se dá exatamente por conta do aumento da eficiência e por conta das receitas não tributárias - como as oriundas das operações urbanas, da alienação da folha de pagamento –, que fizeram crescer significativamente o orçamento da Prefeitura. O único fato que ocorreu no fato, que refletiu sobre o orçamento do ano anterior, foi o reajuste da Planta Genérica de Valores, ou seja, uma atualização do valor venal dos imóveis de tal forma que eles ficassem mais compatíveis com a realidade do comércio de imóveis do Município de São Paulo.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Eu gostaria de deixar os meus parabéns. Foi a primeira vez que eu assisti a uma demonstração de que eu, como povo, representante da sociedade civil, entendi perfeitamente a sua explicação. Parabéns. Acho que demos um outro

grande salto. Muito obrigada.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Muito obrigado, Sra. Sônia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Mais algum dos presentes gostaria de se manifestar? (Pausa) Passo a palavra ao Vereador Gilson Barreto e, em seguida, ao Vereador Souza Santos. Aproveito para registrar a presença do Vereador Agnaldo Timóteo.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Secretário, quais as parcerias que temos com o Governo Federal, além do Fundeb?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Eu diria que temos até poucas parcerias. O Governo Federal investe pouco no Município e no Estado de São Paulo, talvez até por achar que somos ricos, que não precisamos de recursos federais, o que não corresponde à realidade. Se analisarmos os números, iremos verificar que 41% do que o Governo Federal arrecada advém do Estado de São Paulo. E quanto retorna dos 41% que são arrecadados no Estado de São Paulo? Algo em torno de 2%. Vejam que o Fundo de Participação do Município de São Paulo é de 130 milhões de reais, muito pouco. Será que é esse o valor que o Governo Federal retira de impostos de nós, munícipes, pessoas físicas e jurídicas? Não. Na verdade, é muito mais do que isso. Porém, o que retorna ao Estado de São Paulo, de transferências obrigatórias, é apenas o valor de 130 milhões de reais.

Existem outras transferências voluntárias, algumas parcerias que o Governo Federal faz com o Município de São Paulo em algumas ações de urbanização de favelas, de habitação, de saneamento; mas é muito pouco. Para vocês terem uma ideia, do orçamento deste ano, de 35,6 bilhões de reais, temos lá colocado, de transferências voluntárias, de expectativa de receber – nem me refiro a recursos recebidos -, algo em torno de 800 milhões de reais. Portanto, dos 35,6 bilhões, temos apenas 800 milhões de reais previstos de algum aporte adicional de recursos do Governo Federal para parcerias em termos de investimentos. Eu diria essas transferências feitas são muito menos do que o paulistano merece.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O Vereador Souza Santos quer fazer

alguma ponderação?

O SR. SOUZA SANTOS – Sim, Presidente. Obrigado. Sr. Secretário, dentro dessa linha de pergunta do Vereador Gilson Barreto, nós poderíamos dizer que São Paulo contribui, e muito, para o crescimento do País e, no entanto, tem um retorno ínfimo do Governo Federal. Podemos dizer que temos, atrasados, 800 milhões. Qual é a expectativa de esse dinheiro retornar em investimento para o Município?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – A expectativa, neste ano, é de 800 milhões de reais, que é o que está previsto no orçamento em termos de ingresso de recursos voluntários do Governo Federal. Os recursos obrigatórios são os 130 milhões de reais que advêm do Fundo de Participação do Município. Nota-se que são bilhões e bilhões. Esses 41% que citei, da arrecadação federal, representam algo em torno de 300 bilhões de reais, que são arrecadados pelo Governo Federal hoje no Estado de São Paulo. No entanto, o retorno é de apenas 2% disso em termos de benefício direto à nossa população. Poderia ser muito mais, mas é algo estabelecido pela própria Constituição em termos de redistribuição de renda. Tira-se de São Paulo e redistribui-se para outras unidades da Federação. Assim está definido na Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Márcio Freire, da Liderança do PT.

O SR. MÁRCIO FREIRE – Posso ceder meu tempo à Sra. Sônia para que ela faça seu questionamento, se assim o Sr. Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Claro que está permitido.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Sr. Secretário, o senhor disse que são 2% que voltam, dos 41% que vão; ou são 2% voltam do total arrecadado?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não, são 2% do que vai.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Márcio Freire.

O SR. MÁRCIO FREIRE – Bom dia, Sr. Secretário, senhoras e senhores. Quero

tentar fazer alguma justiça ao Governo Federal, sempre apontado quando os recursos para o Município de São Paulo e para o Estado de São Paulo não vêm da forma que os respectivos governos esperam. A União sempre aponta que há vários programas, alguns dos quais com editais abertos; ou seja, o que falta, em grande parte das vezes, são projetos dos governos de forma geral.

Então, o Governo Federal tem se mostrado sempre bastante propício a enviar recurso para cá, dona Sônia. Inclusive, o Secretário listou alguns projetos de investimento de capital dos quais o Governo Federal faz parte, e os principais apontados são, por exemplo, mananciais, com recurso de 417 milhões, grande parte desse montante do Governo Federal; arborização de favelas, com recurso de 273 milhões; Rodoanel com recurso de 3 bilhões e 600 milhões, já gastos no trecho Sul, sendo que um bilhão foi advindo do Governo Federal. Há também linhas para a área de transportes, mas às vezes falta os governos em geral se habilitarem perante os órgãos concessionários com projetos, obviamente, viáveis, que sejam executáveis.

Eu gostaria de aproveitar, Secretário, para fazer uma observação em relação à dívida. Todos nós, assim como o Presidente da Comissão, que foi Vereador por várias gestões, sabemos da forma como a dívida do Município de São Paulo foi formada. Houve a CPI do Senado e aqui no Município também, que inclusive apontou diversos crimes. Então, a formação da dívida do Município de São Paulo, de alguma forma, foi criminosa. Claro que a Justiça não poderia afirmar quais foram os encaminhamentos dados e, infelizmente, eu acabei não acompanhando.

Em 2002, quando venceu o prazo de 60 meses para o Município fazer aquela grande amortização, o Governo Federal aceitou fazer a assunção da dívida do Município, já que São Paulo não teria condições para isso. Por isso, em que pese ter sido explanado que a opção foi não fazer a amortização da dívida naquele momento, evidentemente, não havia condições para isso. Quando a dívida foi assinada, lá atrás, e o então Prefeito Pitta conseguiu

com a União, com o Governo Fernando Henrique, essa possibilidade, estava claro que o Município não faria então a amortização.

Só para se fazer justiça à História e quem sabe agora a atual gestão tenha condições e consiga êxito nessa negociação. Acho que todo mundo espera isso, o Município espera isso, e nós sabemos que não há condições de comprometer essas dezenas de milhões que no futuro passarão a centenas para as próximas gerações.

Eram essas as minhas considerações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Na verdade, não foi uma pergunta e sim uma defesa do Governo Federal em relação ao Município, muito bem explanada pelo companheiro da assessoria do PT.

Mais alguém gostaria de se pronunciar? (Pausa) Não havendo mais matéria a ser tratada, a Presidência agradece a todos os presentes: ao Secretário Mauro Ricardo e à sua assessoria; ao Tribunal de Contas do Município; aos assessores dos Srs. Vereadores, e aos Srs. Vereadores presentes.

A Presidência, assim, cumpriu o inciso IV do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esperamos que na próxima reunião possamos contar com a presença de mais pessoas da população, de mais estudantes e professores para que possamos, de fato, questionar o Executivo em relação a uma lei tão importante como essa.

Estão encerrados os trabalhos.

